



Artigo
Article

**Paulo Freire, presente! Recortes do legado freireano para a
Educação de Jovens e Adultos**

*Paulo Freire, present! Brief reflections about the freirean legacy for the Education
of Youth and Adults*

Pedro Bruno de Lima Pereira¹

RESUMO: Este escrito tem como principal objetivo evidenciar as contribuições da pedagogia de Paulo Freire para a construção de uma educação popular e democrática, sobretudo no âmbito da educação de jovens e adultos. A pesquisa se deu por meio de uma revisão de literatura, em que, num primeiro momento, trata dos avanços das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA); num segundo momento, apresenta as contribuições de Paulo Freire para a EJA, destacando o passo a passo do seu tão famoso método e suas experiências exitosas de alfabetização de adultos; e, no terceiro momento, discute sobre uma educação como prática da liberdade, pautada no diálogo e na criticidade, e que contribui para a emancipação dos sujeitos. Conclui-se que não há como separar o nome de Paulo Freire da modalidade da EJA, embora seu método represente uma ameaça para os tempos difíceis vivenciados na democracia brasileira, pois o governo não deseja que os estudantes tenham um nível alto de criticidade, quanto à sua posição social e política. Acredita-se, por fim, que esse trabalho pode contribuir para manter vivo o legado de Paulo Freire, bem como com uma educação pública popular e democrática, uma escola que respeita o educando como sujeito de sua história e centra na problemática da comunidade em que o mesmo vive e atua, propondo práticas pedagógicas capazes de provocar no aluno uma consciência crítica fomentadora de transformações sociais. **Palavras-chave:** Educação de adultos; Paulo Freire; alfabetização; emancipação.

¹ Bacharel em Humanidades (Unilab); Licenciado em Pedagogia (Unilab); Especialista em Língua Portuguesa e Literatura (Uniasselvi); Mestrando em Ciências Sociais e Humanas (UERN); Professor da rede municipal de ensino de Aracoiaba – Ceará. (E-mail: pedrobrunolimap@gmail.com)

ABSTRACT: The main objective of this paper is to praise the contributions of Paulo Freire's pedagogy to the construction of a popular and democratic education, especially in the context of youth and adult education. The research took place through a literature review, in which, at first, it deals with advances in public policies for Youth and Adult Education (EJA); in a second moment, it presents Paulo Freire's contributions to EJA, highlighting the step by step of his so famous method and his successful experiences in adult literacy; and, in the third moment, it discusses about education as a practice of freedom, based on dialogue and criticality, and which contributes to the emancipation of subjects. It is concluded that there is no way to separate Paulo Freire's name from the EJA modality, although his method represents a threat to the difficult times experienced in Brazilian democracy, as the government does not want students to have an extremely high level of criticality, as to their social and political position. Finally, it is believed that this work can contribute to keeping alive the legacy of Paulo Freire, as well as a popular and democratic public education, a school that respects the student as the subject of their history and focuses on the problem of the community in which the same lives and acts, proposing pedagogical practices capable of provoking in the student a critical awareness that fosters social transformations. **Keywords:** Adult education; Paulo Freire; literacy; emancipation.

INTRODUÇÃO

Em tempos sombrios de negação da democracia brasileira, é desafiador, por um lado, e necessário, por outro, discutir as contribuições da pedagogia de Paulo Freire para fortalecer a luta das classes populares no rompimento dos sistemas de opressão e na busca por uma educação cada vez mais autônoma.

No centenário de Paulo Freire, rememorar sua trajetória enquanto educador e vivificar o legado de seu método e de suas obras para a construção de uma educação popular e democrática, sobretudo no âmbito da educação de jovens e adultos, é manter viva e presente toda a história, a luta e os ensinamentos do patrono da educação brasileira.

Dito isto, a presente investigação busca refletir sobre os seguintes questionamentos: Quais as contribuições freireanas para a educação de jovens e adultos? É possível o método de Paulo Freire ser funcional em tempos atuais e antidemocráticos?

Para responder essas questões, a pesquisa baseia-se em uma revisão de literatura, à luz das seguintes palavras-chave: educação de adultos; Paulo Freire; alfabetização; e emancipação. Em um primeiro momento, a pesquisa trata dos avanços das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, antes e depois do surgimento do “método Paulo Freire de alfabetização”. Em seguida, apresenta as contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos, destacando o passo a passo do seu tão

famoso método e as experiências exitosas de alfabetização de adultos desenvolvidas pelo patrono da educação brasileira. E, por fim, discutimos sobre uma educação como prática da liberdade, pautada no diálogo e na criticidade, e que contribui para a emancipação dos sujeitos que, por meio dela, desejam transformar as suas realidades e construir novas histórias.

No sentido de Freire, ao tratarmos de EJA, tratamos do migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

Nesse contexto, Freire nos ensina a ensinar que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, fazendo com que esse jovem ou adulto, antes de aprender a ler ou a escrever, aprenda a transgredir as suas autolimitações, se conscientize de sua história, do seu lugar no mundo e questione os sistemas de opressão e desigualdade a que está submetido, enxergando possibilidades para transformar as suas realidades. Por fim, esse sujeito percebe o sentido e se mobiliza na busca de sua alfabetização gramatical.

Esta temática foi escolhida pelo fato do autor acreditar em uma educação pautada na perspectiva freireana, ser um professor consciente do seu papel e compromisso social e um pesquisador comprometido por manter vivo o legado de Paulo Freire no contexto de uma educação popular, pública, democrática e transgressora.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTO HISTÓRICO

A educação de jovens e adultos – EJA é uma modalidade de ensino que atende àqueles/as que, por algum motivo, não estudaram ou não completaram, em tempo regular, o Ensino Fundamental e Médio. Ao falarmos da EJA, é necessário fazer referência à realidade dos estudantes: suas histórias de vida e suas especificidades, no contexto em que estão inseridos, para, então, construirmos uma metodologia que atenda cada um de modo singular (ANDRADE; MAURÍCIO, 2016).

Num breve percurso histórico pelos documentos oficiais, a curta Constituição Federal Brasileira de 1934 passou a reconhecer a competência legislativa da União para traçar diretrizes da educação nacional, apresentando dispositivos que a organizam. A Educação de Adultos passou a ser minimamente pensada como política de governo, na forma de ensino rápido e supletivo, o que Kuenzer (2005) vem chamar de certificação vazia, quando desconsideram as particularidades e capacidades do sujeito, adquiridas ao longo da vida.

Entretanto, em 1937, uma nova reviravolta política resultou em um golpe, que instituiu o Estado Novo, o qual, no governo de Getúlio Vargas, precisava de uma nova Constituição, que foi outorgada, nesse mesmo ano, e elaborada de forma ditatorial, por apenas uma pessoa. Essa constituição não registrou preocupação com o ensino público e previa competência material e legislativa privativa da União, em relação às diretrizes e bases da Educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos Estados, o que presumia que a educação não seria mais de responsabilidade do Estado.

Contudo, em 1946, a Educação voltou a ser definida como direito de todos, prevalecendo a ideia de Educação Pública. Nessa década, o governo lançou a primeira campanha de Educação de Adultos. Tal campanha propunha alfabetizar os analfabetos em três meses. Dentre educadores, políticos e sociedade, em geral, houve muitas críticas e também elogios a esta campanha. O que é nítido é que, com ela, a EJA passou a ter uma estrutura mínima de atendimento.

Com o fim desta primeira campanha, Paulo Freire foi o responsável em organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (formação crítica), porém, com o golpe militar, o trabalho de Freire foi visto como ameaça ao regime; assim, a EJA voltou a ser controlada pelo governo que cria o MOBREAL² como parte dos interesses políticos.

Ao tratarmos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigente no período da pós-Constituição – LDBEN 4.024/1961, conhecida como primeira lei de ensino no Brasil, a educação de adultos veio com certa aceitação das demandas populares, que imprimiram novas características à modalidade de ensino aqui retratada.

² O Mobreal propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

Assim, a legislação em questão procurou destacar o papel do Estado como gestor das ações educativas, figurando-se como democratizador do processo de ensino. A oferta desta modalidade era feita com vistas a oferecer uma formação técnica e aligeirada ao adulto não-alfabetizado.

Vale destacar que este modelo de ensino supletivo nasce no bojo de uma educação tecnicista, implantado pela Lei de Reforma nº 5.692/71. O artigo 24 da referida Lei trouxe como objetivos do ensino supletivo: suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria; proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte [...] Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida. A Lei nº 5.692/71 implantou o Ensino Supletivo, conforme citado anteriormente, dedicando um capítulo à Educação de Jovens e Adultos, ainda que sob um prisma tecnicista.

Ao citarmos importantes regulamentações referentes à Educação de Jovens e Adultos, não podemos deixar de destacar a Constituição Federal de 1988 que define, em seu artigo 206, inciso I, que o ensino terá, como princípio, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Já ao destacarmos a LDBEN 9.394/1996, consideramos parte de um avanço histórico na Educação Brasileira por reestruturar a educação escolar, em todos os seus níveis e modalidades. No caso, passou a estabelecer os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

As modalidades da educação brasileira perpassam todos os níveis da educação nacional e especificam tipos de educação e ensino para determinados públicos, ou seja, políticas curriculares voltadas ao atendimento especializado para pessoas com demandas próprias. Exemplo dessas modalidades: Educação Especial; Educação à Distância; Educação Profissional; Educação Indígena e Quilombola; Educação no Campo; Educação de Jovens e Adultos, tratada neste trabalho, por atender às pessoas que não tiveram acesso à Educação na idade considerada apropriada.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) recorreremos ao capítulo II, seção V, do Artigo 37, que estabelece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade de ensino garantida, entre os sistemas de ensino, seja público ou particular, no Brasil. No caso, podemos iniciar a crítica acerca da LDBEN que estabeleceu apenas dois artigos para tratar da temática tão importante e complexa, como é a EJA.

O primeiro artigo, 37, nos mostra que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Por definição, além de tratarmos de um direito assegurado aos que, durante o período de escolarização na infância ou adolescência, não deram continuidade aos estudos, podemos ampliar a discussão pelo potencial de uma educação inclusiva e reparadora que essa modalidade de ensino carrega. Inclusiva e reparadora, num contexto de fala voltada para as questões ligadas aos que, socialmente, retornam aos bancos escolares, em busca de resgate das condições de cidadania, pela escolarização e, não por acaso, aos que exercem o direito a ter direito a uma escola [de qualidade], como parte de uma dívida do Estado voltada aos diferentes [pessoas, idades, experiências e vidas], que interromperam seus estudos na idade própria.

O parágrafo 2º afirma que o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador, na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, observando atentamente a oferta e estrutura das componentes curriculares nesta modalidade de ensino. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio... (BRASIL; MEC, 2016).

Longe de esgotarmos todas as discussões, a relação acesso e permanência ainda é um desafio a ser superado pelos sistemas de ensino, por diversas razões que passam pelo compromisso dos estados e municípios em dar assistência e garantir escolas em condições satisfatórias e condizentes. Com isso, podemos apontar questões que vão da infraestrutura aos currículos escolares para a Educação de Jovens e Adultos: espaços físicos próprios para os jovens, adultos e idosos nas escolas, incluindo acesso à biblioteca, laboratórios, espaços de convivência, entre outros que não sejam emprestados das escolas das crianças e mal adaptados aos adultos da EJA. Alimentação

escolar, por meio da merenda, transporte escolar, livros didáticos e materiais de apoio, formação de professores para atuação na modalidade, representam muitos outros desafios a serem apontados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 40) deixam explicitado que: A instituição da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido considerada como instância em que o Brasil procura saldar uma dívida social que tem para com o cidadão que não estudou na idade própria. Destina-se, portanto, aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Dessa forma, segundo Christofoli apud Fischer (2014, p. 44), *“a Educação de Jovens e Adultos se caracteriza por uma história construída, à margem de políticas públicas, portanto, marcada pela exclusão social”*.

O que se nota é que um programa sobrepõe ao anterior, na caminhada pela erradicação do analfabetismo, mas pouco contribui para efetivá-la, pois carece de um empenho maior por parte dos governantes e da sociedade como um todo. Dito de outra forma, a educação escolar, especialmente, na EJA, deve superar a perspectiva de uma subpolítica para ser tratada como uma política de Estado, diferente de política de governo, por sua responsabilidade fiscal, administrativa, política e pedagógica.

Historicamente, a EJA era tida muito mais como uma forma de compensar o tempo de afastamento da escola, de recuperar de modo acelerado os conteúdos não vistos na escola regular e/ou como uma possibilidade de conferir certificação para possibilitar melhores patamares, no mercado de trabalho, do que uma possibilidade de aprendizagem, ao longo da vida. Sendo assim, o caráter de ensino supletivo ou de suplência da EJA, confiada como forma de suprir a escolarização, faltante ou perdida, dá lugar a uma educação que compreende jovens, adultos, idosos, cidadãos do mundo, conscientes de suas vidas e capazes de fazer suas próprias escolhas, pela capacidade de emancipação, gerada com a educação libertadora, num pensamento freireano.

Boa parte desta população é composta por pessoas que foram desassistidas, em termos de escolarização, na infância e adolescência, persistindo até a vida adulta, com déficits, na área educacional, mas que, cada vez mais, percebemos que as pessoas [de um modo geral] têm sido despertadas para a educação escolar, como um poderoso instrumento de empoderamento, superação e enfrentamento de desafios, à medida que proporciona ao sujeito jovem, adulto ou idoso, possibilidades para que tenham

condições de mostrar suas habilidades, seu potencial, resgatando sua dignidade, autoestima e competência, por suas muitas experiências vividas, fora do contexto escolar.

Arriscamos afirmar que esse é o principal sentido da alfabetização, quando existe esse compartilhamento de diferentes saberes, em que o sujeito aprende a escrever sua vida, como autor e testemunha da sua própria história.

AS CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS PARA A EJA

Paulo Freire foi um célebre educador brasileiro, nascido em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife. Foi alfabetizado por sua mãe no quintal da sua casa, tendo por lápis, galhos de árvores, e por quadro, a terra. Desenvolveu durante a adolescência um grande interesse pela Língua Portuguesa. Com 22 anos de idade começou a estudar Direito na Faculdade de Direito do Recife e em 1947 foi contratado para dirigir o departamento de educação e cultura do Sesi³, onde entrou em contato com a alfabetização de adultos (FREIRE, 1989).

A EJA está intimamente associada à vida e às obras de Paulo Freire, pois o mesmo vivenciou a Educação de Jovens e Adultos de forma especial, pois não foi somente professor dessa modalidade de ensino, mas também um dos alunos integrantes desse tipo de educação. Essas experiências permitiram que o teórico analisasse os tipos de métodos utilizados para o público de jovens e adultos, fazendo assim com que Paulo Freire desenvolvesse o seu tão famoso método.

Segundo Freire (1989), as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, pois um povo iletrado não é um povo ignorante. Esses têm um conhecimento válido na medida em que o acumula por meio de sua vida social e o transmite fundamentalmente através da oralidade e da ação.

No âmbito de adultos alfabetizados tardiamente, o educador coloca que há uma especificidade dessa Educação em relação aos sujeitos envolvidos. É preciso pensar sob o prisma de quem vou educar, para que e como vou educar, a partir do princípio de que a educação é um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a

³ Serviço Social da Indústria (atende indústrias e trabalhadores com cursos de formação profissional).

libertação do povo. *“A educação pode ser um espaço de reprodução ideológica da classe dominante, se permeada por uma visão ingênua do mundo, como pode ser um espaço de transformação e emancipação se colocada como um ato de intervenção no mundo”* (FREIRE, 1967). Nesse sentido, não há neutralidade na educação. O autor coloca que estar neutro em uma sociedade de classes é estar do lado dos mais poderosos.

Diante desse cenário, justifica-se o fim das mobilizações e movimentos propostos por Freire, por motivos políticos, afinal, o programa por meio da presença da pedagogia de Paulo Freire, exposto no tópico anterior, reconhecia o analfabetismo não como uma causa da situação de pobreza, mas como consequência de uma sociedade estruturada em desigualdades. Parafraseando Darcy Ribeiro (1977), *“a crise da educação não era apenas uma crise, mas um projeto”*.

O trabalho de Paulo Freire no âmbito da Educação de Adultos começou a ser desenvolvido no interior do Movimento de Cultura Popular de Recife, no final da década de 1950, com os chamados “círculos de cultura”. Os grupos populares que faziam parte do processo eram consultados por seus educadores sobre os temas que gostariam de debater. Nessa perspectiva, Freire compreendeu ser possível envolver os alunos no desafio da leitura crítica da palavra.

No MCP, Paulo Freire consolidou o método de alfabetização que receberia seu nome. O sucesso e o reconhecimento desse sistema de educação vieram com o convite do então ministro da educação, Paulo de Tarso, para liderar o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. O objetivo era a multiplicação dos chamados “círculos de cultura”, por todo o país, a partir de uma experiência piloto.

O Estado do Rio Grande do Norte, governado por Aluísio Alves, desenvolveu um projeto visando diminuir o elevado índice de analfabetismo no Estado. A cidade de Angicos, no interior do Estado, possuía um grande número de analfabetos, por esse motivo, foi escolhida para ser o local da primeira fase desse projeto. Paulo Freire pediu total liberdade na escolha de seus coordenadores e nenhuma interferência política em suas metodologias alternativas de alfabetização de pessoas adultas. O objetivo era alfabetizar 300 trabalhadores em apenas 40 horas. Um projeto pedagógico inovador, funcional, popular e, por fim, exitoso.

O trabalho teve início com o mapeamento do número de analfabetos de Angicos, e com a pesquisa do universo vocabular daquela região. Desse universo foram retiradas as

palavras e temas, chamados de geradores, que seriam utilizados no processo de alfabetização. Ressalta-se que as palavras e temas eram escolhidos de acordo com a importância e significado social para o grupo envolvido. É nesse sentido que Freire (1967) esclarece: *“Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem (humano) e de uma análise do meio de vida concreto do ser a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se)”*.

Com base nas palavras que mais significavam a população angicana, utilizou-se na primeira aula de alfabetização da palavra geradora “belota”⁴. O segundo encontro direcionou-se a recapitulação das famílias silábicas trabalhadas até o momento (letras b, l e t), resultando na leitura e formação de palavras das sílabas correspondentes. No quarto encontro, a aula encaminhou-se com base na palavra geradora: sapato. A palavra foi apresentada posteriormente ao debate da cena projetada: *“um sapateiro, em uma oficina, trocando o solado de um sapato”* (PELANDRÉ, 1998, p. 41).

Os materiais eram preparados com base nas palavras geradoras e as aulas formadas por meio de situações-problema. A palavra escolhida correspondia o desenho simbólico de uma cena com determinada situação que, por meio de material expositivo causava os debates entre os alunos e provocava a reflexão sobre o trabalho. O adulto se educava por meio da discussão de suas experiências de vida.

As propostas de alfabetização, de Paulo Freire, não utilizavam a cartilha como material do processo educativo, o seu recurso principal eram os já citados “círculos de cultura”, espaços onde se desenvolviam os debates que davam início ao processo de alfabetização e conscientização (MOURA; SERRA, 2014).

No livro “Conscientização: Teoria e Prática da Libertação”, o autor apresenta de forma clara a aplicação prática de sua proposta alfabetizadora, em cinco fases expostas a seguir:

Primeira fase – a descoberta do universo vocabular dos educandos com os quais se trabalhará, sendo uma fase muito importante de pesquisa e reconhecimento do grupo; Segunda fase – seleção de palavras dentro do universo vocabular pesquisado. Esta escolha deve ser feita, segundo Freire (1968), sob os critérios da riqueza fonética,

⁴ Belota era “uma corruptela local da palavra borlota e designava um enfeite usado em redes e nos rebenques de couro, muito comuns na região”.

das dificuldades fonéticas, colocando-se na ordem de dificuldade crescente e do conteúdo prático da palavra, buscando o maior comprometimento possível da palavra com a realidade de fato; Terceira fase – criação de situações existenciais próprias do grupo a trabalhar. São situações desafiadoras, problematizadoras e cheias de elementos que serão decodificados pelo grupo com a intervenção do educador. “[...] São situações locais que abrem perspectivas para a análise de problemas nacionais e regionais [...]”. (FREIRE, 1968, p.44); Quarta fase – pressupõe a elaboração de fichas que ajudam os educadores no desenvolvimento do seu trabalho. São fichas que deverão apenas dar apoio, sem uma regra rígida a cumprir; E por último, a quinta fase – consiste na elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonéticas condizentes as palavras geradoras. O material pode ser preparado na forma de cartazes ou slides.

Com efeito, percebemos a proposta de Freire no uso dessa metodologia de alfabetização para jovens e adultos como algo diferente e inovador, pois, até o momento a alfabetização para adultos caracterizava em simples adaptações das cartilhas para crianças.

Quando os monitores concluíram o trabalho das famílias silábicas, eles fizeram um jornal chamado “O pau-de-arara”, com frases feitas pelos próprios participantes no decorrer das aulas. A penúltima aula realizou-se em torno de reflexões sobre tudo que havia acontecido. Deixaram de ser analfabetos e tomaram consciência do valor de suas existências e de seus trabalhos.

A primeira turma concluiu o curso no dia 02 de abril de 1963, com a entrega de certificado aos trabalhadores que haviam se alfabetizado. Como resultado, teve-se 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, o que impressionou profundamente a opinião pública. A cerimônia de entrega de certificados contou com a presença do Presidente da República João Goulart e de vários governadores do Nordeste. Na ocasião, o Presidente João Goulart, recebeu cartas que os participantes do projeto escreveram. Um fato histórico!

A questão de fazer com que o educando se conscientize do seu espaço na sociedade em que está inserido, não é alimentar a passividade deste em aceitar a sua condição atual, mas de estimulá-lo a conscientizar-se, não somente da sua situação, como também do poder em modificar a sua realidade, participando desta transformação de forma ativa.

Em 1964, com o golpe militar, o projeto de Paulo Freire foi considerado uma ameaça ao regime. Freire passou por perseguições políticas e ficou preso por 70 dias na cadeia de Olinda, acusado de “comunista e subversivo”. Nesse contexto, Gadotti (2013) relata uma passagem de Freire após sua prisão. “[...] *na prisão, um dos oficiais responsáveis pelo quartel, sabendo que ele era professor, solicitou a Paulo Freire para alfabetizar alguns recrutas. Paulo explicou-lhe que foi exatamente porque queria alfabetizar, que fora preso*” (GADOTTI, 2013, p. 57).

Paulo Freire não considerava seu pensamento educacional como uma metodologia de ensino. Em entrevista concedida a Pelandré (1998), ele declara sobre esse assunto.

Eu preferia dizer que não tenho método. O que eu tinha, quando muito jovem, há 30 anos ou 40 anos, não importa o tempo, era a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos renegados, dos negados, dos proibidos de ler a palavra, relendo o mundo. O que eu tentei fazer, e continuo fazendo hoje, foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou de dialética da prática educativa, dentro da qual, necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é um método de conhecer e não um método de ensinar (PELANDRÉ, 2002, p. 53).

Pode-se pensar que o método de alfabetização de Paulo Freire, apesar de ser aplicado de forma diferenciada se baseava somente na oralidade, mas a leitura e a escrita também eram aplicadas. Entretanto, antes de o/a aluno/a arriscar-se a ler e a escrever, ele/a era convidado/a a repensar o significado de cada palavra geradora, para o seu mundo.

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Partindo do debate sobre educação como um processo de humanização, vimos que a concepção pedagógica defendida por Paulo Freire na década de 60 é a Educação Libertadora. Essa concepção tem como característica a emancipação do sujeito perante sua condição de opressão e, suas ideias contemplam o processo educativo como um caminho que prepara esse sujeito para transformar sua realidade. A proposta educacional de Freire tem como concepções metodológicas o respeito ao educando, o

diálogo e o desenvolvimento da criticidade. Sua pedagogia fundamenta-se sobre dois princípios essenciais: a politicidade e a dialogicidade.

A educação como prática da liberdade diferencia-se da simples transmissão de informações, não trata os estudantes como depósitos vazios de conhecimento, mas vem no sentido de produzir um senso crítico que leve o sujeito a entender, reivindicar e se transformar. É um romper com o pensar e o ensinar mecânico. Além disso, a educação libertadora resulta na consciência do/a aluno/a sobre o mundo em que vive e refere-se à ideia de que é preciso existir uma troca contínua de conhecimento entre educador e educando.

A pedagogia de Freire é uma pedagogia democrática, que passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo, se posiciona a favor da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade, entendendo esses conceitos como um processo. Mas não um processo de cima para baixo, e sim uma conquista conjunta, coletiva, que exige respeito, diálogo e poder de decisão a todos que participam dessa caminhada.

Quando Freire fala em pedagogia, ele não está falando apenas das relações que se estabelecem na escola e na sala de aula. A sua pedagogia está relacionada a todo esse contexto de opressão social, enquanto noção de classe (opressor e oprimido), e de falta de democracia. O seu método dialógico, e problematizador, não é apenas um método ou uma teoria pedagógica, mas uma práxis que tem como objetivo libertar a opressão atuante na nossa sociedade, pois, segundo Freire (1981) *“assim como o opressor para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para libertar-se, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação”*.

Os círculos de cultura, criados por Paulo Freire, contribuem com essa educação como prática da liberdade, que pensa, problematiza, valoriza as subjetividades, a cultura, a história e dá autonomia aos sujeitos envolvidos no processo. Partem do pressuposto da construção do conhecimento por meio do diálogo, enquanto fator básico e necessário a prática pedagógica democrática. Portanto, os Círculos de Cultura são espaços no qual se ensina e se aprende. Espaço em que a preocupação não é simplesmente transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de construção do conhecimento de forma coletiva, através das experiências vividas. Nos círculos, a palavra não é apenas para ser ouvida, mas para ser vista e envolvida.

No sentido de Freire, o educador se fundamenta na práxis político-pedagógica, comprometido em fazer com que todas as pessoas, embora heterogêneas e diversas, possam aprender a ler, escrever e comunicar-se com o mundo num movimento dialético de apropriação de sua vida e do mundo oficialmente letrado e possa se constituir em um agente de transformação social. Uma das contribuições mais importantes é retirar do professor o papel de detentor do saber e transferir para o aluno o papel de construtor e modificador de seus conhecimentos.

O que Paulo Freire mais defendia em suas teorias era a importância de resgatar a auto-confiança do educando, ajudando-o a transgredir as suas autolimitações. Sem acreditar em si mesmo e em sua capacidade, o educando não tem como libertar-se de sua condição social.

Defende-se, nesse sentido, a educação pública popular e democrática, uma escola que respeita o educando como sujeito de sua história e centra na problemática da comunidade em que o mesmo vive e atua, propondo práticas pedagógicas capazes de provocar no/a aluno/a uma consciência crítica fomentadora de transformações sociais.

Enquanto secretário de educação da cidade de São Paulo, Paulo Freire procurou criar instâncias novas de poder com os conselhos de escola, deliberativos e não apenas consultivos, para que os pais participassem efetivamente das decisões.

O que Freire conseguiu foi um projeto inédito de subversão das práticas, normas e regras da educação escolar. Demonstrou em sua práxis que existem duas maneiras de fazer uma prática pedagógica para a educação libertadora, são elas: fazer uma educação fora da escola, como fez nos círculos da cultura e no projeto de alfabetização de adultos no estado do Rio Grande do Norte; ou subvertendo as práticas dentro da escola, o que ele fez quando foi gestor da educação municipal de São Paulo. Ambas exigem a coragem para lutar contra um sistema educacional instaurado e validado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É triste pensar que, se compararmos a ação do Estado na atualidade, com as ações de décadas passadas, verificaremos que não houve mudanças significativas em relação ao papel do poder público na educação do país. A omissão que era criticada por Paulo Freire, ainda é apontada por uma variedade considerável de profissionais que, ligados

ou não a educação, conseguem desenvolver um olhar crítico, relacionado ao sistema educacional.

Não há como separar o nome de Paulo Freire da modalidade da EJA. Nas escolas que atendem à Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire e o seu “método” são extremamente citados. É irrevogável o legado que Paulo Freire deixou no âmbito da educação popular, sobretudo na educação de jovens e adultos. Seu método, seus pensamentos e seus vários livros são sucessos de crítica ao redor do mundo inteiro, tanto que Paulo Freire foi consagrado Patrono da Educação Brasileira, e reconhecido como terceiro teórico mais citado em trabalhos acadêmicos no mundo e o primeiro no Brasil.

Entretanto, apesar de diversas escolas e países afirmarem que utilizam o ‘Método Paulo Freire’, este já não é mais seguido fielmente no Brasil, pois o governo não deseja que os estudantes brasileiros/as tenham um nível extremamente alto de criticidade, quanto à sua posição social e política.

A verdadeira intenção política fica nítida quando as escolas recebem pouco ou nenhum auxílio financeiro para a classe de jovens e adultos, quando os professores para essa modalidade de ensino são despreparados e, por falta de material adequado, utilizam recursos direcionados ao ensino infantil, quando não há reformas nas escolas, trazendo extremo desconforto para pessoas que vêm de trabalhos exaustivos. Outro fato é que, na metodologia desenvolvida por Paulo Freire, o professor teria que dispor de um tempo maior para a construção do conhecimento advindo do educando, o que não acontece. O sistema restringe o tempo, os conteúdos e aborda de forma superficial a cultura da classe desprivilegiada, para que não fuja de forma tão radical, do que determina a LDB.

O fato é que querem enterrar nossos cérebros pensantes, mas a pedagogia de Paulo Freire está viva, ativa e presente em cada sujeito comprometido com a transformação social e com a luta contra toda e qualquer forma de opressão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I.C.F; MAURICIO, W.P.D. Educação de jovens e adultos: histórias de vida orais de homens e mulheres. **Revista Gepesvida**. v. 2, nº 4. 2016. 14p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **LDB – Lei nº 4024/61**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. MEC, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. **Diretoria de políticas de educação de jovens e adultos.** Confinteia Brasil, 2016.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler em três artigos que se completam. **Cortez Editora.** 23ª edição, 1989. 49p.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1967.

_____. Pedagogia da autonomia. São Paulo: **Cortez**, 1996.

_____. Pedagogia da Esperança. 8. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1992.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1968.

FISCHER, Eveline. **A formação continuada em EJA: Reflexões acerca do diálogo freireano e da prática reflexiva do professor.** Cap: ler e escrever o mundo: a EJA no contexto da educação contemporânea. Educus. 2014. 412p.

GADOTTI, Moacir. Alfabetizar e Politizar: Angicos, 50 anos depois. **Revista de Informação do Seminário – RISA**, Angicos, RN, v. 1, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2013.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** Gestão escolar dia a dia. 2005, 17p

MOURA, Vera Lúcia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza A. A. Educação de Jovens e Adultos: As contribuições de Paulo Freire. **Revista Inesul**, 19p, 2014.

PELANDRÉ, Nilcea Lemos. **Efeitos a longo prazo do método de alfabetização Paulo Freire.** Florianópolis, 1998. Vol. I e II p. 26-52 Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós- Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio.** SBPC, 1977.